



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 4/2018

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM VINTE E UM DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO:-----

-----Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Drª. Emília Maria Almeida Santos Neves Matos.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe.-----

-----A reunião foi secretariada pela Coordenadora Técnica do Núcleo de Administração Geral, Rosa Maria Ferreira Breda.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

I.-PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----O Senhor Presidente informou que foi publicado o Decreto – Lei nº.10/2018, de 14 de fevereiro, que clarifica os critérios aplicáveis à gestão de combustível no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.-----

-----Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe apresentaram a proposta que a seguir se transcreve:--

-----“ETAR Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----

-----Atendendo à gravidade da situação em que se encontra a ETAR Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, com registos quase diários de descargas a céu aberto de efluentes para a via pública e cheiros nauseabundos, com consequentes danos para o meio ambiente e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

para a saúde pública.-----

-----Atendendo que com o crescimento do PIMLF há muito que era previsível uma sobrecarga de efluentes naquele equipamento.-----

-----Atendendo a que o Partido Socialista, atento a esta realidade, apresentou no seu programa de governação candidato às últimas eleições autárquicas um projeto de construção de uma nova ETAR, propondo-o também nas suas propostas para a elaboração do Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos de 2018.-----

-----Atendendo a que os vereadores do Partido Socialista no início do presente mandato alertaram para esta realidade sem que até à presente data tenha sido tomadas medidas, vem por este meio questionar:-----

-----O porquê de passados quase dois anos do início das obras de ampliação do PIMLF, não ter sido nada feito para a resolução deste problema?-----

-----Existe ou não projeto já elaborado para a construção de uma nova ETAR ou para a ampliação e remodelação da existente por forma a dar resposta às reais necessidades de tratamento de efluentes daquela infraestrutura?-----

-----Caso exista projeto, que razões justificam que não tenha sido aberto procedimento de contratação pública para a sua execução?-----

-----Mais propõem, por uma questão de transparência e porque é um direito dos Mortaguenses, que passe a ser prática instituída a divulgação pública periódica no sítio da internet do Município dos resultados das análises efetuadas às ETAR's de todo o Concelho.--

-----Mortágua, 21 de Fevereiro de 2018".-----

-----O Senhor Presidente informou que no fogo ocorrido a 15 de outubro de 2017 arderam os arejadores da ETAR o que provocou o entupimento dos efluentes, estando no entanto a situação resolvida.-----

-----Deu também conhecimento da Reunião realizada na Comissão de Coordenação da Região Centro para validação da carta Reserva Ecológica Nacional elaborada pelo Município para a Revisão do PDM.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

II.-PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 07/02/2018, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, em cumprimento ao disposto no artigo 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas no Vereador.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 34, referente ao dia 20/02/2018 e depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.-UNIDADE DE MISSÃO PARA A VALORIZAÇÃO DO INTERIOR:-----

-----Foi presente um e:mail, datado de 8/02/2018, da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, dando conhecimento que a Resolução do Conselho de Ministros nº.4/2018, de 10 de janeiro, determina a que o Gabinete de Apoio às Vítimas dos Incêndios seja instituído na Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI), sediado em Pedrogão Grande, atribuindo ainda a esta estrutura a centralização e publicitação da avaliação das medidas de apoio previstas na Lei nº. 108/2017, de 23 de novembro.-----

-----O nº. 16 da Resolução determina a constituição de uma Comissão para apoiar o gabinete de apoio às vítimas dos incêndios, com funções de acompanhamento, coordenação e fiscalização (cfr. nº.3 do artº. 28º. da Lei nº. 108/2017, de 23 de novembro), presidida por um



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

representante da UMVI.-----

-----Por outro lado, o número 15º. da citada Resolução determina a constituição de uma outra Comissão para operacionalização do processo de restabelecimento potencial produtivo e de reposição da atividade económica das empresas total ou parcialmente afetadas pelos incêndios florestais de junho e outubro de 2017, presidida por um representante da UMVI (cfr. N.ºs. 6 e 7 do artº. 11º. da lei nº. 108/2017, de 23 de novembro).-----

-----Assim, solicita a indicação de representante(s) designado(s) pelo município para integrar as referidas comissões (cfr nº.17 da RCM nº.4/2018), bem como do respetivo correio eletrónico e contacto telefónico.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade designar o Vereador Dr. Paulo Alexandre de Oliveira como representante do Município para integrar as citadas comissões.-----

4.2.-DIREÇÃO – GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS:-----

-----Foi presente a comunicação datada de 6/02/2018, da Direção–Geral das Autarquias Locais a remeter uma nota que sintetiza os procedimentos inerentes à aplicação do regime excecional das redes secundárias de faixas de gestão de combustível estabelecido no artigo 153º. da Lei nº.114/2017, de 29 de dezembro.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.3.-ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA GUARDA:-----

-----Foi presente o e:mail enviado, em 16/01/2028, pela Assembleia Municipal da Guarda a remeter uma Moção de Apoio ao “Movimento pelo Interior – em nome da coesão “, que foi aprovada por unanimidade.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA NO PRÉ-ESCOLAR E 1º. CEB:-----

5.1.1.-Regulamento Interno das Atividades de Animação e Apoio à Família – Santa Casa da Misericórdia de Mortágua:-----

-----Foi presente o ofício referência 49/0218, de 02/02/2018, da Santa Casa da Misericórdia de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Mortágua, através do qual remete uma proposta de Regulamento Interno das Atividades de Animação e Apoio às Famílias para apreciação por parte da Câmara Municipal, o qual foi aprovado em Reunião da Mesa Administrativa de 01/02/2018.-----

-----A Câmara apreciou favoravelmente o Regulamento.-----

-----Nos termos do nº.4 do artigo 31º. do Código do Procedimento Administrativo, o Vereador Senhor Nelson António Rodrigues Filipe, ausentou-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que faz parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----

5.2.-JUVENTUDE:-----

5.2.1.-Apoio Natalidade e Famílias:-----

5.2.1.1-Ratificação dos Processos nº6/2018:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foi presente o processo de candidatura número 6/2018 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do nº. 1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.--

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

5.2.1.2.-Indeferimento do Processo nº. 51/2017:-----

-----No seguimento da notificação efetuada a Paulo Henrique Rodrigues através do ofício referência número 93, de 12/01/2018, da decisão aprovado na Reunião de Câmara de 03/01/2018, relativamente ao projeto de indeferimento do processo nº. 51/2017 de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, por não cumprir a alínea c) do artigo 3º. e alínea f), do artº. 4º.

– Apresentação do Pedido de Atribuição do Incentivo, do Regulamento, ou seja os requerentes não se encontram recenseados na área do Concelho de Mortágua, nem pelo facto de não ter apresentado o cartão de cidadão da criança, o Senhor Presidente informou que terminou o prazo do período de audiência prévia para requerente se pronunciar nos termos do Código do Procedimento Administrativo, não tendo dado entrada nos serviços qualquer resposta à referida notificação.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade converter o projeto de decisão de indeferimento tomado na reunião de Câmara de 03/01/2018, em decisão definitiva do presente processo nos termos e com os fundamentos ali indicados, devendo proceder-se à respetiva notificação ao requerente.-----

6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-ASSOCIATIVISMO – ATIVIDADES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS:-----

6.1.1.-Casa do Benfica de Mortágua – Pedido de apoio para a época desportiva de futsal de 2018:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, datada de 05/01/2018, da Casa do Benfica de Mortágua, dando conhecimento que aquela Associação tem-se revelado, ao longo dos últimos anos uma peça fundamental no fomento à prática do desporto em Mortágua, mais concretamente na modalidade de futsal feminino, sendo esta uma das poucas instituições que promove a igualdade de géneros no desporto em Mortágua.-----

-----Esta mostrou-se uma aposta ganha por parte das várias estruturas diretivas que ao longo dos anos passaram pela Casa do Benfica.-----

-----Hoje a representação é maior evidenciando-se com a participação no Campeonato Distrital de Futsal feminino, com duas equipas, sénior e formação, num total que ultrapassa as 40 atletas o que se traduz com responsabilidades acrescidas por parte daquela coletividade.----

-----Assim, considerando que o protocolo celebrado e em vigor até ao final do ano transato previa comparticipar com cinco mil euros (5.000,00 €) o desenvolvimento regular do futsal feminino, e que a época prolonga-se até junho de 2018, solicita à semelhança dos valores atribuídos nas últimas épocas um apoio financeiro suplementar para que aquela associação possa solver os compromissos assumidos e assim desenvolva com normalidade as suas atividades desportivas na corrente época, atendendo a que o orçamento de despesa de janeiro a junho de 2018 é no montante de dezanove mil duzentos e vinte euros (19.220,00 €).-----

-----O Senhor Presidente, considerando o custo de manutenção das equipas de futsal e que o



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

pedido se enquadra na alínea c), do nº.1, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, propôs a atribuição de um subsídio no montante de cinco mil euros (5.000,00 €), mediante a celebração de Protocolo, e a transferir após a assinatura do mesmo.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos (despesas correntes)*, e nas Opções do Plano no Objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, Programa 003 Associativismo, Projeto 2018/5040 Atividades Culturais Desportivas e Recreativas.-----

6.1.2. -Velo Clube do Centro/Mortágua– Gala de apresentação época de 2018:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta do Velo Clube do Centro datada de 29/01/2018, a solicitar apoio financeiro para minorar os custos inerentes à organização, no dia 10/02/2017, da Gala de apresentação do seu projeto para a época de 2018: Equipa Continental UCI Miranda – Mortágua, cujo orçamento se estima em cerca de cinco mil euros (5.000,00 €).-----

-----Entendem que a realização da 2ª. Gala de Apresentação seja uma mais valia para a projeção e divulgação do seu projeto, como para o Município de Mortágua, tendo em conta que o nome Mortágua será divulgado e mencionado ao longo de todo o ano, no estrangeiro e em Portugal particularmente na Volta a Portugal em bicicleta.-----

-----Aquela Gala tem como objetivo dar a conhecer ao grande público, comunicação social e à população de Mortágua o projeto daquela coletividade e do Concelho.-----

-----Assim, o Senhor Presidente considerando a repercussão daquele espetáculo para o exterior bem como a promoção do Concelho propôs a atribuição do subsídio no montante de mil euros (1.000,00€).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativa*.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

7.-AÇÃO SOCIAL:-----

7.1.-REDE SOCIAL:-----

7.1.1.-Pedido de Autorização Prévia de Compromisso Plurianual da Empreitada de Recuperação e reconversão da antiga Escola Primária de Espinho em Centro de Dia:---

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Por meu despacho de 05/09/2017 foi adjudicada a empreitada ”Recuperação e reconversão da antiga Escola Primária de Espinho em Centro de Dia” à empresa Edibest – Engenharia e Construção Lda., pelo valor de 83.917,50€, acrescido de IVA à taxa legal, perfazendo o encargo total de 88.923,40 €, e com o prazo de execução de 60 dias.-----

-----O contrato de empreitada foi outorgado em 08/09/2017 e a consignação da obra teve lugar a 14/12/2017.-----

-----A obra não teve qualquer execução financeira em 2017, configurando assim um compromisso plurianual.-----

-----A empreitada vai necessariamente desenvolver-se por dois anos económicos distintos tornando-se necessário proceder à repartição de encargos pelos anos de 2017 e 2018, no seguinte enquadramento do Orçamento Municipal : Classificação Económica – 07010307.---

-----Ora, face ao exposto e ao prazo contratual de execução da obra, haverá que se proceder a uma à repartição de encargos, para os anos financeiros de 2017-2018, de acordo com os seguintes montantes, com IVA incluído:-----

-----2017 - 0,0 €;-----

-----2018 - 88.923,40 €;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Para cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentada através do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, é necessário que a Assembleia Municipal de Mortágua autorize a repartição de encargos relativa a esta empreitada, com a consequente assunção de compromisso plurianual, uma vez que a autorização genérica prévia aprovada na sessão de 29/12/2017, não abrange a presente situação.-----

-----Assim, proponho que a Câmara delibere:-----

-----Aprovar submeter à Assembleia Municipal a repartição de encargos e a consequente assunção do compromisso plurianual referente à empreitada de “Recuperação e Reconversão da Antiga Escola Primária de Espinho em Centro de Dia”, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa de 6%.-----

-----2017 -0,0 €;-----

-----2018- 88.923,40 € “-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

8.-SAÚDE:-----

8.1.-PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE:-----

8.1.1.-Pedido de Autorização Prévia de Alteração de Compromisso Plurianual da Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Mortágua:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----Por meu despacho de 30/12/2016 foi adjudicada a empreitada da “ Requalificação do Centro de Saúde de Mortágua”, à empresa Cipeca - Representações de Materiais e Equipamentos para a Construção, Lda., pelo valor de 94.974,02 €, acrescido de IVA à taxa legal, perfazendo o montante de 100.672,46 €.-----

-----O respetivo contrato foi celebrado a 10/01/2017 e a consignação da obra teve lugar 11/01/2017, com um prazo de execução inicial da empreitada, 75 dias.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A empreitada encontra-se ainda em desenvolvimento registando em 2017 a seguinte execução financeira, com IVA incluído: 96.969,88 €-----

-----Ora considerando que a mesma ainda não se encontra concluída, pelo que irá desenvolver em anos económicos distintos, configurando um compromisso plurianual, é necessário proceder-se à repartição de encargos pelos anos de 2017 e 2018, no seguinte enquadramento do Orçamento Municipal: Classificação Económica - 07010307.-----

-----Por último, e para cumprimento do artigo 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentada através do Decreto-Lei nº.127/2012, de 21 e junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de junho, é necessário que a Assembleia Municipal de Mortágua, autorize a alteração da repartição deste encargo com a consequente alteração de plurianual, uma vez que autorização prévia genérica emitida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 29/12/2017, não abrange a presente situação.-----

-----Proponho que a Câmara Municipal delibere:-----

-----Aprovar submeter à Assembleia Municipal a alteração repartição de encargos e a consequente assunção do compromisso plurianual referente à empreitada “Requalificação do Centro de Saúde de Mortágua”, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa de 6%.-----

-----Ano de 2017- 96.969,88 €;-----

-----Ano de 2018 – 3.702,58 €”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

9.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:------

9.1.-URBANIZAÇÃO – Pavimentação/Arranjos Urbanísticos, Arruamentos, Largos e Praças:-----

9.1.1.-Pedido de Autorização Prévia de Compromisso Plurianual da Empreitada do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Arranjo Urbanístico da Avenida Infante D. Henrique em Vale de Ações 1ª. Fase:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----Por meu despacho de 29/09/2017 foi adjudicada a empreitada de “Arranjo Urbanístico da Avenida Infante D. Henrique, em Vale de Ações 1ª. Fase” à empresa Edibest – Engenharia e Construção Lda., pelo valor de 102.431,40 €, acrescido de IVA à taxa legal, perfazendo o encargo total de 108.577,28 €, com o prazo de execução de 60 dias.-----

-----O contrato de empreitada foi outorgado em 30/10/2017 e a consignação da obra teve lugar a 31/10/2017, encontrando-se a mesma suspensa.-----

-----A obra não teve qualquer execução financeira em 2017, configurando assim um compromisso plurianual.-----

-----A empreitada vai necessariamente desenvolver-se por dois anos económicos distintos tornando-se necessário proceder à repartição de encargos pelos anos de 2017 e 2018, no seguinte enquadramento do Orçamento Municipal: Classificação Económica: 07010401.-----

-----Ora, face ao exposto e ao prazo contratual de execução da obra, haverá que se proceder a repartição de encargos, para o anos financeiros de 2017-2018, de acordo com os seguintes montantes, com IVA incluído:-----

-----2017 - 0,00;-----

-----2018 - 108.577,28 €.-----

-----Para cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentada através do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, é necessário que a Assembleia Municipal de Mortágua autorize a repartição de encargos relativa a esta empreitada, com a consequente assunção de compromisso plurianual, uma vez que a autorização genérica prévia aprovada na sessão de 29/12/2017, não abrange a presente situação.-----

-----Assim, proponho que a Câmara delibere:-----

-----Aprovar submeter à Assembleia Municipal a repartição de encargos e a consequente



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

assunção do compromisso plurianual referente à empreitada de “Arranjo Urbanístico da Avenida Infante D. Henrique, em Vale de Aço­res 1ª. Fase”, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa de 6%..-----

-----2017 - 0,00 €;-----

-----2018 - 108.577,28 € “-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por maioria, com três votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e duas abstenções dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, aprovar a proposta.-----

-----Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

-----“Os Vereadores do Partido Socialista abstêm-se na votação do pedido de autorização prévia de compromisso plurianual tendo por base que a empreitada do Arranjo Urbanístico da Av. Infante D. Henrique, em Vale de Aço­res – 1ª. Fase foi adjudicada em 29/09/2017 com um prazo de execução de 60 dias, sendo o prazo da referida obra irrealista face ao volume de trabalhos envolvido, revela uma falta de planeamento da obra evidente e por outro lado não existe razão palpável suficiente que justifique a prorrogação do prazo.-----

-----Por último, atendendo às implicações urbanísticas e o volume de alterações que esta e outras intervenções urbanísticas contemplam, entendem os vereadores do Partido Socialista que as mesmas deveriam ser sustentadas em projetos devidamente elaborados e maturados, devendo alguns deles ser inclusivamente objeto de discussão pública, permitindo assim aos Mortaguenses manifestar as suas opiniões e sugestões.-----

-----As motivações eleitoralistas e de outras destas e de outras empreitadas e a pressa no seu lançamento não permitiram o devido planeamento.”-----

-----De seguida o Senhor Presidente da Câmara fez a seguinte declaração:-----

-----“ A obra do “Arranjo Urbanístico da Avenida Infante D. Henrique, em Vale de Aço­res 1ª. Fase” foi lançada não por questões eleitoralistas mas por questões prementes que têm a ver com a segurança da via pela degradação generalizada dos passeios e excesso de árvores nos



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

mesmos.-----

-----Com intervenção da obra em curso houve disponibilidade por parte da EDP e da GALP Energia para procederem à infraestruturação da via com gás natural e rede de energia elétrica e iluminação pública, estando o Município a aguardar que estas entidades apresentem os respetivos projetos, evitando-se assim mais uma intervenção após a execução da obra.”-----

9.1.2.-Pedido de Autorização Prévia de Compromisso Plurianual da Empreitada de Beneficiação de Pavimentos em Arruamentos da Povoação da Gândara:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----Por meu despacho de 21/08/2017 foi adjudicada da empreitada de “Beneficiação de Pavimentos em Arruamentos da Povoação da Gândara” à empresa Empreitivaf – Construções, Lda., pelo valor de 60.627,25 €, acrescido de IVA à taxa legal, perfazendo o encargo total de 64.264,86 €, e com o prazo de execução de 60 dias.-----

-----O contrato de empreitada foi outorgado em 08/09/2017 e a consignação da obra teve lugar a 20/09/2017.-----

-----A obra não teve qualquer execução financeira em 2017, configurando assim um compromisso plurianual. -----

-----A empreitada vai necessariamente desenvolver-se por dois anos económicos distintos tornando-se necessário proceder à repartição de encargos pelos anos de 2017 e 2018, no seguinte enquadramento do Orçamento Municipal: Classificação Económica 07010401.-----

-----Ora, face ao exposto e ao prazo contratual de execução da obra, haverá que se proceder à repartição de encargos, para o anos financeiros de 2017-2018, de acordo com os seguintes montantes, com IVA incluído:-----

-----2017 - 0,00 €;-----

-----2018 - 64.264,86 €.-----

-----Para cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentada através do Decreto-Lei n.º 127/2012,



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de 21 de junho, é necessário que a Assembleia Municipal de Mortágua autorize a repartição de encargos relativa a esta empreitada, com a consequente assunção de compromisso plurianual, uma vez que a autorização genérica prévia aprovada na sessão de 29/12/2017, não abrange a presente situação.-----

-----Assim, proponho que a Câmara delibere:-----

-----Aprovar submeter à Assembleia Municipal a repartição de encargos e a consequente assunção do compromisso plurianual referente à empreitada de “Beneficiação de Pavimentos em Arruamentos da Povoação da Gândara”, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa de 6%:-----

-----2017 - 0,00 €;-----

-----2018 - 64.264,86 € “:-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por maioria, com três votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e dois votos contra dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, aprovar a proposta.-----

-----Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

-----“Os Vereadores do Partido Socialista votam contra o pedido de autorização prévia de compromisso plurianual tendo por base que a empreitada Beneficiação dos pavimentos em Arruamentos da Gândara foi adjudicada em 21/08/2017 com um prazo de execução de 60 dias, não foi iniciada a devido tempo, o que revela uma falta de planeamento de obra evidente e não existe razão palpável suficiente que justifique a prorrogação de prazo.-----

-----Acresce que esta intervenção não responde as necessidades da povoação da Gândara, deveria contemplar a execução de uma nova rede de águas pluviais e repavimentação da totalidade dos arruamentos daquela povoação, tal como proposto pelos Vereadores do Partido Socialista já no mandato anterior.-----

-----Por último, atendendo às implicações urbanísticas e o volume de alterações que esta e outras intervenções urbanísticas contemplam, entendem os vereadores do partido Socialista



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

que as mesmas deveriam ser sustentadas em projeto devidamente elaborados e maturados, devendo alguns deles ser inclusivamente objeto de discussão pública, permitindo assim aos Mortaguenses manifestar as suas opiniões e sugestões.-----

-----As motivações eleitoralistas destas e de outras empreitadas e a pressa no seu lançamento não permitiram o devido planeamento”.-----

-----Pelo Senhor presente foi feita de seguida a seguinte declaração:-----

-----“Relativamente à Declaração de voto apresentada pelos Vereadores do PS lamento profundamente, quem se achou baluarte da população da Gândara, e seu representante ao longo da campanha eleitoral, que defendeu acerrimamente a execução desta obra que não tenham a coragem agora de se solidarizar com a obra levada a efeito por este executivo e pela qual as pessoas ansiavam há muitos anos.-----

-----Mais declara que irão ser feitas retificações das obras em pequenas depressões existentes no piso em paralelos/calçada.-----

-----Declara ainda que a Rua de S. João será objeto de alargamento, execução de passeio e rede de águas pluviais.”-----

9.1.3.-Pedido de Autorização Prévia de Compromisso Plurianual da Empreitada de Melhoria de Acessibilidades da Póvoa e Vale de Remígio:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----Por meu despacho de 28/08/2017 foi adjudicada da empreitada de “Melhoria de Acessibilidades da Póvoa e Vale de Remígio” à empresa Fernando Manuel Ferreira Alves – FA Calçadas., pelo valor de 78.930,00 €, acrescido € de IVA à taxa legal, perfazendo o encargo total de 83.665,80 €, e com o prazo de execução de 60 dias.-----

-----O contrato de empreitada foi outorgado em 08/09/2017 e a consignação da obra teve lugar a 12/09/2017. -----

-----A obra encontra-se em desenvolvimento e registou em 2017 a execução financeira de 20.819,99 €, configurando assim um compromisso plurianual. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A empreitada vai necessariamente desenvolver-se por dois anos económicos distintos tornando-se necessário proceder à repartição de encargos pelos anos de 2017 e 2018, no seguinte enquadramento do Orçamento Municipal: Classificação Económica - 07010401.-----

-----Ora, face ao exposto e ao prazo contratual de execução da obra, haverá que se proceder à repartição de encargos, para os anos financeiros de 2017-2018, de acordo com os seguintes montantes, com IVA incluído:-----

-----2017 – 20.819,99 €;-----

-----2018 - 62.845,81 €.-----

-----Para cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentada através do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, é necessário que a Assembleia Municipal de Mortágua autorize a repartição de encargos relativa a esta empreitada, com a consequente assunção de compromisso plurianual, uma vez que a autorização genérica prévia aprovada na sessão de 29/12/2017, não abrange a presente situação.-----

-----Assim, proponho que a Câmara delibere:-----

-----Aprovar submeter à Assembleia Municipal a repartição de encargos e a consequente assunção do compromisso plurianual referente à empreitada de “Melhoria de Acessibilidades da Póvoa e Vale de Remígio”, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa de 6%.-----

-----2017 – 20.819,99 €;-----

-----2018 - 62.845,81 €” .-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por maioria, com três votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e duas abstenções dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, aprovar a proposta.-----

-----Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

-----“Os Vereadores do Partido Socialista abstêm-se na votação do pedido de autorização



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

prévia de compromisso plurianual tendo por base que a empreitada de Melhoria de Acessibilidades da Póvoa e Vale de Remígio foi adjudicada em 28/08/2017, com um prazo de execução de 60 dias, não foi iniciada a devido tempo, o que revela uma falta de planeamento de obra evidente e não existe razão palpável suficiente que justifique a prorrogação de prazo.--

-----Acresce que esta intervenção é questionável em relação à sua necessidade, provavelmente não representa uma melhoria nas condições de tráfego e segurança a avaliar pela implementação já visível no terreno.-----

-----Por último, atendendo às implicações urbanísticas e o volume de alterações que esta e outras intervenções urbanísticas contemplam, entendem os Vereadores do Partido Socialista que as mesmas deveriam ser sustentadas em projetos devidamente elaborados e maturados, devendo alguns deles ser inclusivamente objeto de discussão pública, permitindo assim aos Mortaguenses manifestar as suas opiniões e sugestões.-----

-----As motivações eleitoralistas destas e de outras empreitadas e a pressa no seu lançamento não permitiram o devido planeamento.”-----

9.2.-PLANEAMENTO URBANÍSTICO:-----

9.2.1.-Proposta de Suspensão Parcial do Plano de Pormenor do Crafuncho:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR DO CRAFUNCHO:-----

-----1 – DA FUNDAMENTAÇÃO:-----

-----O plano de Pormenor do Crafuncho constitui um polo de desenvolvimento turístico estratégico para a afirmação do Concelho de Mortágua como lugar de lazer, recreio e desporto náutico na região centro.-----

-----O Plano em vigor desde 1998 tem sido implementado de uma forma consistente tendo criado várias unidades de alojamento turístico bem como uma unidade de animação e equipamento de apoio, merecedores de apreço e de grande procura pela sua qualidade ambiental e paisagística, bem como pela reconhecida qualidade dos seus serviços-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A proposta de suspensão que se apresenta é decorrente da evolução da implementação do Plano em face das alterações produzidas pelo novo Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos – RJET (Decreto-Lei 39/2008, de 7 de fevereiro, alterando o Decreto-lei 80/2017, de 30 de junho) que veio a eliminar como tipologia a figura do Aparthotel (Artigo 4º tipologia de empreendimentos turísticos), que se encontra prevista na respetiva parcela C.-----

-----Por outro lado, o empreendimento desenvolvido para a área do Plano afirmou-se como aldeamento turístico podendo vir a agregar unidades de alojamento em apartamentos num único edifício vendo-se o promotor impossibilitado de dar continuidade ao investimento que se reputa de avultado e importante para o Concelho a que acresce um aumento de postos de trabalho igualmente importantes para a economia local.-----

-----O promotor pretende candidatar o investimento ao programa Centro 2020, candidatura esta que apenas é possível se o projecto garantir a conformidade com todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Contudo, face ao desaparecimento da tipologia “Aparthotel” no actual regime jurídico dos empreendimentos turísticos e à imposição, por parte do Turismo de Portugal, da adequação do projecto àquele regime, será necessário encetar um processo de alteração ao Plano de Pormenor, cujos prazos de instrução e procedimento não se coadunam com a urgência da apresentação da candidatura.-----

-----Assim, propõe-se numa primeira fase a suspensão parcial do Plano para a área definida como parcela C que comporta um Aparthotel, a fim de permitir a apresentação de um projeto enquadrado na tipologia de Apartamentos Turísticos e integráveis no aldeamento turístico já existente. O projeto será então submetido a parecer da CCDRC nos termos legais aplicáveis.--

-----A suspensão inclui o estabelecimento de Medidas Preventivas que se enunciam à frente, de acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 126º do RJIGT.-----

-----É de realçar que a pretensão irá traduzir-se numa diminuição substancial das áreas de implantação e de construção permitidas para a parcela C no Plano em vigor, o que se considera positivo.-----

-----Assim, a suspensão parcial visa apenas suspender a tipologia do empreendimento turístico



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

prevista nos Artigos 11º e 13º no Regulamento do Plano de Pormenor e as regras relativas às áreas de Proteção Ambiental e Paisagística da Parcela C (n.º 2 do Artigo 20º do Regulamento do PP), na área correspondente à parcela C, identificada na Planta anexa.-----

-----A suspensão parcial do Plano de Pormenor e do estabelecimento de Medidas Preventivas tem fundamentação legal no disposto na alínea b) do n.º 1 do Artigo 126º e no n.º 2 do Artigo 134º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT – Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio.-----

-----Decorrente da suspensão é efetuado o estabelecimento de Medidas Preventivas e aberto o procedimento de Alteração do Plano de Pormenor do Crafuncho (de acordo com o n.º7 do Artigo 126º do RJIGT).-----

-----2-MEDIDAS PREVENTIVAS:-----

-----As Medidas Preventivas aplicam-se à parcela C definida na Planta de Implantação do Plano de Pormenor, delimitada na Planta anexa à presente Memória Descritiva e Justificativa. As Medidas Preventivas consistem na sujeição a parecer vinculativo da CCDR das operações de loteamento e obras de urbanização, de construção, de ampliação de alteração e de reconstrução, com exceção das que estejam isentas de procedimento de licenciamento ou comunicação prévia, sendo apenas admitidas as acções necessária para a concretização do investimento a realizar na área a sujeitar às mesmas, de acordo com a implantação prevista na Planta anexa.-----

-----São estabelecidas as seguintes condições de uso do solo:-----

| | |
|-----------------|--|
| Área da parcela | 24 400 m2 |
| Uso da parcela | Turismo e unidades de alojamento em apartamentos e equipamentos de apoio – 2 campos de ténis, piscina coberta, um minigolfe e um parque infantil |
| Número de pisos | 3 |



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

| | |
|------------------------------------|--|
| Área de implantação máxima | 2200 m2 |
| Área de construção máxima | 4500 m2 |
| Volume de construção máximo | 15 750 m3 |
| Cércea ou altura de fachada máxima | 10,5 m |
| Tipologia | Apartamentos turísticos – unidades de alojamento turístico |
| Número de camas | 120 |

-----As Medidas Preventivas terão, assim, o seguinte texto, a publicar no Diário da República:-----

-----Artigo 1º.-----

-----Âmbito Territorial-----

-----A área sujeita às Medidas Preventivas encontra-se identificada na Planta anexa.-----

-----Artigo 2º.-----

-----Âmbito Material-----

-----1 - As Medidas Preventivas consistem na sujeição a parecer vinculativo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional das operações de loteamento e obras de urbanização, de construção, de ampliação de alteração e de reconstrução, com exceção das que estejam isentas de procedimento de licenciamento ou comunicação prévia.-----

-----2 - São apenas admitidas as acções necessária para a concretização do investimento a realizar na área a sujeitar às Medidas Preventivas, de acordo com a implantação prevista na Planta anexa.-----

-----3 – Na área sujeita às Medidas Preventivas, aplicam-se os seguintes parâmetros urbanísticos:-----

| | |
|-----------------|--|
| Área da parcela | 24 400 m2 |
| Uso da parcela | Turismo e unidades de alojamento em apartamentos e equipamentos de apoio |



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

| | |
|------------------------------------|---|
| | 2 campos de ténis, piscina coberta, um minigolfe e um parque infantil |
| Número de pisos | 3 |
| Área de implantação máxima | 2200 m ² |
| Área de construção máxima | 4500 m ² |
| Volume de construção máximo | 15 750 m ³ |
| Cércea ou altura de fachada máxima | 10,5 m |
| Tipologia | Apartamentos turísticos – unidades de alojamento turístico |
| Número de camas | 120 |

-----Artigo 3º-----

-----Âmbito Temporal-----

-----As Medidas Preventivas entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República e vigoram pelo prazo de dois anos prorrogável por um ano, caducando com a entrada em vigor da alteração ao Plano de Pormenor do Crafuncho.-----

-----3 - ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR-----

-----Conforme já enunciado deverá ser dado início ao procedimento de alteração do Plano de Pormenor do Crafuncho decorrente das Medidas Preventivas estabelecidas para a parcela C.-

-----4 -PRAZO DE EXECUÇÃO-----

-----É estabelecido um prazo de 2 (dois) anos para a conclusão da elaboração da alteração ao Plano de Pormenor.-----

-----5 -PROCEDIMENTO-----

-----Após a aprovação pelo executivo a Câmara Municipal de Mortágua procede à instrução do processo de suspensão nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do Artigo 126.º do RJIGT e o estabelecimento de Medidas Preventivas antecipatórias e solicita parecer à CCDRC.-----

-----Após parecer favorável a Câmara Municipal apresentará a proposta de suspensão do Plano



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de Pormenor, das Medidas Preventivas e do procedimento de alteração do Plano à Assembleia Municipal para aprovação.-----

-----A suspensão do Plano e as Medidas Preventivas estarão eficazes após publicação em Diário da República”.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade submeter o processo à CCDRC para emissão de parecer, nos termos do nº.4 do artigo 134º. do Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial - Decreto-lei 80/2015, de 14 de maio, e iniciar o desenvolvimento do processo para alteração ao Plano de Pormenor.-----

10.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

10.1.-DESENVOLVIMENTO DO TURISMO:-----

10.1.1.-II Mostra Gastronómica do Borrego de Mortágua 2018:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente as Normas de Procedimento da Organização e realização da I Mostra Gastronómica do Borrego de Mortágua 2018, a realizar nos dias 24 e 25 de março, e no qual podem participar todos os estabelecimentos de restauração do Concelho que incluam na sua ementa naquele período borrego.-----

-----As referidas Normas de preveem no seu artigo 6º. a atribuição de prémios, mediante sorteio de cupões distribuídos nos restaurantes aderentes à iniciativa, a pessoas que comam um prato de borrego, sendo o:-----

-----1º. Prémio - Um Voucher para duas pessoas para um fim de semana no Montebelo Agueira Lake Resort & Spa (inclui jantar e dormida).-----

-----2º. Prémio – Um Voucher no valor de cem euros (100,00 €) para duas pessoas para um jantar num dos restaurantes aderentes à iniciativa.-----

-----3º.Prémio – Um Voucher no valor de cinquenta euros (50,00 €) para duas pessoas para um jantar num dos restaurantes aderentes à iniciativa.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar as normas propostas, bem como a atribuição dos prémios.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

10.2.-EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-----

10.2.1.-Pedido Autorização Prévia de Alteração de Compromisso Plurianual da Empreitada 1ª. Fase das infraestruturas do Plano de Pormenor para a ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----Por deliberação tomada na Reunião de Câmara de 24/06/2016 foi adjudicada a empreitada da “1ª. Fase das infraestruturas do Plano de Pormenor para a ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira”, à empresa Socitop, Lda., pelo valor de 687.722,27 €, acrescido de IVA à taxa legal, perfazendo o montante de 728.985,61 €.-----

-----O respetivo contrato foi celebrado a 05/07/2016, tendo obtido o Visto de Tribunal de Contas em 11/08/2016.-----

-----A consignação da obra teve lugar a 12/07/2016, com um prazo de execução inicial da empreitada, 90 dias, tendo entretanto sido prorrogada.-----

-----A empreitada encontra-se em desenvolvimento registando a seguinte execução financeira, com IVA incluído:-----

-----Ano de 2016 - 458.648,05 €;-----

-----Ano de 2017 – 304.196,95 €, sendo: De trabalhos normais – 175.899,60 €; Trabalhos a mais 163.618,61 €; Trabalhos a menos 7.100,99 €;-----

-----Ora, considerando que a mesma ainda não se encontra concluída é necessário proceder-se à alteração da repartição de encargos pelos anos de 2016, 2017 e 2018, no seguinte enquadramento do Orçamento Municipal: Classificação Económica - 07030301.-----

-----Por último, e para cumprimento do artigo 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentada através do Decreto-Lei nº.127/2012, de 21 e junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, é necessário que a Assembleia Municipal de Mortágua, autorize a alteração da repartição deste encargo com a consequente alteração de compromisso plurianual, uma vez



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

que autorização prévia genérica emitida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 29/12/2017, não abrange a presente situação.-----

-----Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere:-----

-----Aprovar submeter à Assembleia Municipal a alteração repartição de encargos e a consequente assunção do compromisso plurianual referente à empreitada “1ª. Fase das infraestruturas do Plano de Pormenor para a ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira”, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa de 6%.-----

-----Ano de 2016 – 458.649,05 €; -----

-----Ano de 2017 – 304.196,95 €; -----

-----Ano de 2018 – 122.658,23 €.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por maioria, com três votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD, e duas abstenções dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, aprovar a proposta.-----

-----Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

-----“Os Vereadores do Partido Socialista abstêm-se na votação do pedido de autorização prévia de alteração do compromisso plurianual tendo por base que as empreitadas da 1ª. e 2ª. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira foram adjudicadas em 24/06/2016 e 19/01/2017, com prazo de execução de 90 dias e 150 dias, respetivamente, já foram objeto de várias prorrogações de prazo, sendo que as justificações apresentadas configuram na nossa opinião suspensões de trabalhos e não prorrogações.-----

-----Os prazos de execução iniciais revelaram-se completamente irrealistas, as sucessivas prorrogações de prazo provocaram transtorno e prejudicaram a implantação de novas empresas no Parque Industrial, sendo o risco de perda de fundos comunitários por parte das mesmas uma realidade.-----

-----Por último, haverá ainda que avaliar num futuro próximo o volume de trabalhos a mais



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

executados e a executar, tantas foram as alterações do projeto em obra”.-----

10.2.2.-Pedido Autorização Prévia de Alteração de compromisso plurianual da Empreitada 2ª. Fase das infraestruturas do Plano de Pormenor para a ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----Por deliberação tomada na Reunião de Câmara de 19/01/2017 foi adjudicada a empreitada da “2ª. Fase das infraestruturas do Plano de Pormenor para a ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira”, à empresa Socitop, Lda. pelo valor de 638.610,82 €, acrescido de IVA à taxa legal, perfazendo o montante de 676.927,47 €.-----

-----O respetivo contrato foi celebrado a 08/02/2017, tendo obtido o Visto de Tribunal de Contas em 15/03/2017.-----

-----A consignação da obra teve lugar a 22/02/2017, com um prazo de execução inicial da empreitada, 150 dias, tendo entretanto sido prorrogada.-----

-----A empreitada encontra-se assim em desenvolvimento registando no ano de 2017 a execução financeira, com IVA incluído, de 549.625,80 €.-----

-----Ora, considerando que a mesma ainda não se encontra concluída, é necessário proceder-se à repartição de encargos pelos anos de 2017 e 2018, no seguinte enquadramento do Orçamento Municipal : Classificação Económico - 07030301.-----

-----Por último, e para cumprimento do artigo 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentada através do Decreto-Lei nº.127/2012, de 21 de junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, é necessário que a Assembleia Municipal de Mortágua, autorize a alteração da repartição deste encargo com a consequente alteração de plurianual, uma vez que autorização prévia genérica emitida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 29/12/2017, não abrange a presente situação.-----

-----Proponho que a Câmara Municipal delibere:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Aprovar submeter à Assembleia Municipal a repartição de encargos e a consequente assunção do compromisso plurianual referente à empreitada “2ª. Fase das infraestruturas do Plano de Pormenor para a ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira”, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa de 6%.-----

-----Ano de 2017- 549.625,80 €;-----

-----Ano de 2018 – 127.301,67 €”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por maioria, com três votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD, e duas abstenções dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, aprovar a proposta.-----

-----Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

-----“Os Vereadores do Partido Socialista abstêm-se na votação do pedido de autorização prévia de alteração do compromisso plurianual tendo por base que as empreitadas da 1ª. e 2ª. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira foram adjudicadas em 24/06/2016 e 19/01/2017, com prazo de execução de 90 dias e 150 dias, respetivamente, já foram objeto de várias prorrogações de prazo, sendo que as justificações apresentadas configuram na nossa opinião suspensões de trabalhos e não prorrogações.-----

-----Os prazos de execução iniciais revelaram-se completamente irrealistas, as sucessivas prorrogações de prazo provocaram transtorno e prejudicaram a implantação de novas empresas no Parque Industrial, sendo o risco de perda de fundos comunitários por parte das mesmas uma realidade.-----

-----Por último, haverá ainda que avaliar num futuro próximo o volume de trabalhos a mais executados e a executar, tantas foram as alterações do projeto em obra”.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

10.3.-ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL:-----

10.3.1.-Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – Plano Intermunicipal de Eficiência Energética – Comparticipação Financeira:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o documento nº. 220/2017, de 13/12/2017 da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra referente à comparticipação financeira, no âmbito do Plano Intermunicipal de Eficiência Energética, pela importância de cento e quarenta e nove euros e trinta e um cêntimos (149,31 €).-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade proceder ao pagamento da comparticipação financeira.-----

11.-COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES:-----

11.1.-REDE VIÁRIA MUNICIPAL - Novas Pavimentações e Beneficiações de Estradas Municipais:-----

11.1.1.-Pedido de Autorização Prévia de Compromisso Plurianual da Empreitada de Execução da Rotunda da EN 234 – Monte Grande:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----Por meu despacho de 21/09/2017 foi adjudicada a empreitada de “Execução da Rotunda da EN 234 – Monte Grande” à empresa Sociasfaltos – Asfaltagem de Vias de Comunicação Unipessoal, Lda. pelo valor de 134.003,33 €, acrescido de IVA à taxa legal, perfazendo o encargo total de 142.043,53€, e com o prazo de execução de 90 dias.-----

-----O contrato de empreitada foi outorgado em 28/09/2017 e a consignação da obra teve lugar a 29/09/2017. -----

-----A obra não teve qualquer execução financeira em 2017, configurando assim um compromisso plurianual.-----

---A empreitada vai necessariamente desenvolver-se por dois anos económicos distintos tornando-se necessário proceder à repartição de encargos pelos anos de 2017 e 2018, no seguinte enquadramento do Orçamento Municipal: Classificação Económica: 07010408.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Ora, face ao exposto e ao prazo contratual de execução da obra, haverá que se proceder à repartição de encargos, para os anos financeiros de 2017-2018, de acordo com os seguintes montantes, com IVA incluído:-----

-----2017 – 0,00 €;-----

-----2018 – 142.043,53 €.-----

-----Para cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentada através do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, é necessário que a Assembleia Municipal de Mortágua autorize a repartição de encargos relativa a esta empreitada, com a consequente assunção de compromisso plurianual, uma vez que a autorização genérica prévia aprovada na sessão de 29/12/2017, não abrange a presente situação.-----

-----Assim, proponho que a Câmara delibere:-----

-----Aprovar submeter à Assembleia Municipal a repartição de encargos e a consequente assunção do compromisso plurianual referente à empreitada de “Execução da Rotunda na EN 234 – Monte Grande”, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa de 6%.-----

-----2017 – 0,00 €;-----

-----2018 – 142.043,53 €” .-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por maioria, com três votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD, e duas abstenções dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Sr. Nelson António Rodrigues Filipe, aprovar a proposta.-----

12.-ADMINISTRAÇÃO:-----

12.1.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2018

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d), do número 1 do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de doze de setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – zero euros (0,00 €);-----

-----Anulação despesas de capital – vinte e dois mil euros (22.000,00 €);-----

-----Reforço despesas correntes – quarenta e dois mil euros (42.000, 00 €);-----

-----Anulação despesas correntes – vinte mil euros (20.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada nos serviços de contabilidade.-----

12.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2018:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do número do 1 do artigo 33º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Modificação de financiamento definido – vinte mil euros (20.000,00 €);-----

-----Modificação de não financiamento definido – vinte mil euros (20.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada nos serviços de contabilidade.-----

12.3.-ENCARGOS ASSUMIDOS EM 2017 - PAGAMENTO DE FATURAS:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Técnico Superior da Unidade de Gestão Financeira dando conhecimento que nos termos da alínea a) do artigo 3º. da Lei nº.22/2015, de 17 de março, que procedeu à quarta alteração e republicação da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, são compromissos plurianuais “Os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido”-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----As faturas constante na relação daquela informação, que totalizam o montante de dezasseis mil seiscentos e trinta e dois euros e setenta e oito cêntimos (16.632,78 €) reportam a compromissos assumidos no exercício de 2017 e as respetivas faturas apenas foram rececionadas e/ou emitidas no exercício de 2018 configurando nos termos do referido diploma compromissos plurianuais, carecendo deste modo os mesmos nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2912, de 21 de fevereiro, de autorização prévia da Assembleia Municipal para a sua assunção.-----

-----Assim, deve o seu pagamento ser precedido de aprovação prévia pela Assembleia Municipal por forma a não violar a referida norma.-----

-----O Senhor Presidente informou que o total de compromissos assumidos no exercício de 2017 cujas respetivas faturas apenas foram rececionadas e/ou emitidas no exercício de 2018 passou a ser de setenta e seis mil quinhentos e setenta e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos (76.579,54 €), considerando a relação das faturas presente à Reunião de Câmara de 07/02/2018, no valor de cinquenta e nove mil novecentos e quarenta e seis euros e setenta e nove cêntimos (59.946,79 €).-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, e considerando que não é imputável aos credores a razão do não pagamento, deliberou por unanimidade, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, solicitar autorização prévia da Assembleia Municipal da assunção do compromisso das faturas constantes na referida lista por forma proceder ao respetivo pagamento.-----

12.4.-PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL DA EMPREITADA DE CONSERVAÇÃO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE CAPARROSINHA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----Por meu despacho de 21/08/2017 foi adjudicada a empreitada de “Conservação da Antiga Escola Primária de Caparrosinha” à empresa Jofergon – Sociedade de Construções, Lda pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

valor de 36.515,38 €, acrescido de IVA à taxa legal, perfazendo o encargo total de 38.706,30 €, e com o prazo de execução de 60 dias.-----

-----O contrato de empreitada foi outorgado em 06/09/2017, e a consignação da obra teve lugar a 31/10/2017. -----

-----A obra encontra-se em desenvolvimento e em 2017 verificou a execução financeira de 9.676,57 €, configurando assim um compromisso plurianual. -----

-----A empreitada vai necessariamente desenvolver-se por dois anos económicos distintos tornando-se necessário proceder à repartição de encargos pelos anos de 2017 e 2018, no seguinte enquadramento do Orçamento Municipal – Classificação Económica: 07010301.-----

-----Ora, face ao exposto e ao prazo contratual de execução da obra, haverá que se proceder à repartição de encargos, para os anos financeiros de 2017-2018, de acordo com os seguintes montantes, com IVA incluído:-----

-----2017 – 9.676,57 €;-----

-----2018 - 29.029,73 € -----

-----Para cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentada através do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, é necessário que a Assembleia Municipal de Mortágua autorize a repartição de encargos relativa a esta empreitada, com a consequente assunção de compromisso plurianual, uma vez que a autorização genérica prévia aprovada na sessão de 29/12/2017, não abrange a presente situação;-----

-----Assim proponho que a Câmara delibere:-----

-----Aprovar submeter à Assembleia Municipal a repartição de encargos e a consequente assunção do compromisso plurianual referente à empreitada de “Conservação da Antiga Escola Primária de Caparrosinha”, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa de 6%.-----

-----2017 – 9.676,57 €-----

-----2018 - 29.029,73 €.”-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, aprovar a proposta.-----

12.5.-ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA, NOS TERMOS PREVISTOS NA LEI Nº. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:-----

-----O Senhor Presidente informou que no seguimento da competência prevista na alínea l), do nº. 1 do artigo 33º. do anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, “Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de Freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei”, que lhe foi delegada pela Câmara na reunião de 17/01/2018 realizou no pretérito dia 14 de fevereiro a reunião de negociação dos acordos de execução com todas as Juntas de Freguesia, que resultou conforme o lavrado em ata a tomada de posição que se transcreve:-----

-----“Da negociação resultou uma posição unânime de que não se deve operar a delegação de competências prevista no artigo 132º. do Anexo I da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, dado que se verifica que não existem condições para garantir um serviço eficiente e eficaz sem que o mesmo resulte em aumento de custos globais da despesa, considerando a observância dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes para o exercício das mesmas.-----

-----Deste modo o acordo de execução não deve ser celebrado sendo as competências previstas na delegação legal do artigo 132º. do Anexo I da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, exercidas pela Câmara Municipal nos termos do nº. 2 do artigo 134º., conjugado com a alínea e) do artigo 121º. do mesmo diploma legal.”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade não celebrar qualquer acordo de execução sendo deste modo as competências previstas na delegação legal do artigo 132º. do Anexo I da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, exercidas pela Câmara Municipal nos termos do nº. 2 do artigo 134º., conjugado com a alínea e) do artigo 121º. do mesmo diploma legal.-----

-----Mais foi deliberado dar conhecimento da presente deliberação à Assembleia Municipal.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

12.6.-CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE MORTÁGUA E A FREGUESIA DE TREZOI PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PONTO DE ÁGUA DO MELIGIOSO:-----

-----O Senhor Presidente da Câmara, acerca do assunto em epigrafe, apresentou a proposta que se transcreve na íntegra:-----

-----“Considerando que:-----

-----• O regime jurídico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê a concretização da delegação de competências através da celebração de contratos interadministrativos, prevista no artigo 120.º, entre órgãos de municípios e órgãos das freguesias e que pode efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais.-----

-----• Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências.-----

-----• Nos termos do artigo 120.º do regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, outra forma de concretização de delegação de competências, que não seja através da celebração de contratos interadministrativos, é nula.-----

-----• A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; da continuidade da prestação do serviço público; e da necessidade e suficiência dos recursos.-----

-----• A par das regras estabelecidas pelo regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os contratos interadministrativos de delegação de competências estão ainda sujeitos, a título subsidiário, ao Código dos Contratos Públicos e ao Código do Procedimento Administrativo. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Considerando ainda que:-----

-----• Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si, no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações;-----

-----• Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas; -----

-----• A celebração do presente contrato não configura aumento da despesa pública.-----

-----• As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias, desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos, em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos dos artigos 117º, n.º 2 e 131º;-----

-----• Incumbe à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre os Municípios e as Juntas de Freguesia, nos termos da alínea k), do artigo 25º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal para efeitos de autorização:-----

-----A celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Mortágua e a Freguesia de Trezoi para a limpeza, manutenção e conservação do ponto de água do Meligioso, que prevê uma comparticipação financeira de 12.496,80 €.-----

-----A respetiva minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, que faz parte integrante da presente proposta, nos termos e condições consignadas na mesma minuta.“-----

-----A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta de minuta



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

apresentada, nos seus exatos termos, submetendo-a à apreciação da Assembleia Municipal de Mortágua, para efeitos de autorização, em conformidade com o previsto na alínea m) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

12.7-ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MORTÁGUA E A FREGUESIA DE TREZOI PARA CONSTRUÇÃO DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA PARA APOIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS EM CERDEIRINHA – Prorrogação do prazo:-----

-----Este assunto foi retirado da ordem de trabalhos.-----

12.8.-PROTOCOLO DE TRANSPORTES CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MORTÁGUA E A RODOVIÁRIA DA BEIRA LITORAL, SA – Atualização Tarifário:-

-----Foi presente a comunicação, datada de 31/01/2018, da Transdev e através da qual dá conhecimento, na sequência da publicação do Despacho Normativo n.º 14-A/2016 do Instituto da Mobilidade e Transportes, no passado dia 11 de dezembro, e de acordo com o Protocolo de Transportes celebrado entre o Município e a Rodoviária da Beira Litoral, S.A. da atualização do valor do contratado na percentagem de um vírgula sessenta e nove por cento (1,69%) resultando no valor mensal de vinte e um mil oitocentos e vinte e cinco euros e cinquenta e seis cêntimos (21.825,56 €), acrescendo IVA à taxa legal de seis por cento (6%).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a atualização proposta-----

12.9.-DIREÇÃO GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA – SUSPENSÃO DE EXPLORAÇÃO, DA PEDREIRA N.º. 6753 DENOMINADA “VALE SOBRAL N.º.2” SITA NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência Proc.º. 6753, 179/DSMP/DPC/18, de 01/02/2018, da Direção Geral de Energia e Geologia, através do qual informa que na sequência do requerimento apresentado pela Firma Cerâmica do Vale da Gândara, S.A. foi



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

deferido por aquela Direção Geral, nos termos do n.º 7 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 270/01, de 6/10, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 340/07, de 12/10, a autorização de suspensão de exploração da pedreira n.º 6753 denominada “Vale de Sobral n.º2”, sita na União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, por um período de novecentos e noventa e nove (999) dias, contados a partir de 01/11/2017.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

12.10.-PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS – Lei n.º.11/2017, de 29 de dezembro:-----

-----Foi presente a informação do Senhor Presidente, datada de 19/02/2018, que a seguir se transcreve sobre o assunto em epígrafe:-----

-----“Considerando a adaptação às entidades da administração local do regime estabelecido para a regularização prevista no programa de regularização extraordinária dos vínculos precários de pessoas que exerçam ou tenham exercido funções que correspondam a necessidades permanentes da Administração Pública (PREVPAP), de autarquias locais e de entidades do setor empresarial do Estado ou do setor empresarial local, sem vínculo jurídico adequado, a que se referem o artigo 25.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de fevereiro, e constante da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro;-----

-----Considerando o guião anexo emitido pela Direção Geral das Autarquias Locais e as clarificações aí feitas;-----

-----Considerando que o diploma prevê o reconhecimento pelo órgão executivo dos postos de trabalho que cumpram os requisitos para integração do processo em apreço;-----

-----Considerando que não se encontra formalmente estabelecido a forma de iniciar o procedimento, pelo que caberá ao órgão executivo decidir se o mesmo inclui uma fase de apresentação de requerimento por parte dos trabalhadores e, caso inclua, qual a sua tramitação e quem procede à sua análise, para posterior decisão pelo mesmo órgão;-----

-----Considerando que, auscultados os vários serviços, não existem trabalhadores-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

enquadráveis no diploma e processo em apreço, uma vez não existem pessoas que exerceram funções correspondentes a necessidades permanentes dos serviços sem o vínculo jurídico adequado.-----

-----Assim, para efeitos de conhecimento, determino que a presente informação seja remetida à Câmara Municipal na próxima reunião".-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

13.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

13.1.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO Nº. 76/2018, REFERENTE AO PROCESSO Nº. 01/2017/157, DA PENATIR – TRANSPORTES, LDª., CONSTRUÇÃO NOVA – PAVILHÃO (ALÍNEA b) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento da PENATIR – TRANSPORTES, Ldª. registado com nº.76/2018, em 01/02/2018 a requerer a isenção de pagamento da taxa no valor de mil cento e catorze euros e dez cêntimos (1.114,10 €), referente ao licenciamento do Procº. 01/2017/157, de Construção Nova – Pavilhão, sita no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, Lote 5, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----A informação dos serviços constante no processo refere o seguinte:-----

-----“ A requerente veio solicitar a isenção do pagamento das taxas referentes à Comunicação Prévia para Construção de Pavilhão de Logística, na importância de 1.114,10 €, relativamente ao que informo:-----

-----a) A requerente solicita a isenção de pagamento das taxas ao abrigo da al. b) do nº.1 do artº. 29º. do Regu. Mun. de Urban. Edif, relativamente ao que informo que juntou ao pedido os seguintes docs:-----

-----V. fl.s 140 – relação em que indica o nome/data de nascimento /Nif de 15 pessoas – atendendo ao que determina a identificada al. b), neste Doc não é referido/nem fica



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

demonstrado qual a relação destas pessoas com a Empresa;-----

-----V. fls.141 a 143 – Certidão permanente de Registo da Empresa.-----

-----b) A requerente veio em 06/10/2017 proceder à comunicação do início dos trabalhos e pagamento das taxas acima indicadas (V.fls 139), relativamente ao que informo:-----

-----Já decorreram quase 5 meses (27/02/2018), desde que o requerente foi notificado das taxas a pagar pela Comunicação Prévia – v.fls 132 (cópia em anexo).-----

-----Não obstante este pedido de isenção ser regulado pelo artº. 29º. do Regulamento Municipal de Urba. Edif., as taxas aplicadas à Comunicação Prévia, estão previstas na Tabela ao Reg. Liq. Cob. Taxas e Outras Rec. Municipais, constando deste regulamento no seu artº. 22º. que “ as taxas extinguem-se através do seu pagamento ou de outras formas de extinção nos termos da Lei Geral Tributária”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade notificar o requerente da intenção de indeferir a pretensão, considerando que aquando da apresentação do requerimento de isenção do pagamento de taxas as mesmas já se encontravam extintas dado que procedeu anteriormente ao seu pagamento (artº. 22º. do Reg. Liq. Cob. Taxas e Outras Rec. Municipais).-----

13.2.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO Nº. 110/2018, REFERENTE AO PROCESSO Nº. 01/2015/144., CONSTRUÇÃO NOVA – HABITAÇÃO E MURO DE VEDAÇÃO (ALÍNEA e) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o nº. 110/2018, em 14/02/2018, de Joelle Gonçalves Semedo e Bruno Luís Fernandes Rodrigues, residente em Rua do Cabecinho, nº. 34, em Vale de Açores, Mortágua, a solicitar, nos termos da alínea e) do n.º 3 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de cento e cinquenta e três euros e sessenta cêntimos (153,60 €), do processo n.º 01/2016/144 - Construção Nova - Habitação e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Muros de Vedação, sita em Rua das Rosas, Vale de Açores, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----A informação dos serviços constante no processo refere o seguinte:-----

-----“ Os requerentes solicitaram em 14/02/2018, a aprovação da isenção do pagamento das taxas nos termos da alínea e) do nº.1 do artº. 29º. do RMUET relativas ao pedido da 1ª. prorrogação por doze mesmas, do prazo do alvará de licença de obras nº.6/2016, no valor de 153,60 €, relativamente ao que informo o seguinte:-----

-----Para efeitos do que determina o nº.3 do artº. 29º. acima indicado, os requerentes fazem o pedido indicando que se encontram na situação jurídica de “União de Facto”, tendo para isso apresentado Atestado da Junta de Freguesia, onde se refere que “...vivem em união de facto há mais de dois anos”.-----

-----A soma de idades dos requerentes cumpre o que determina a al. e) do nº.1 do artº. 29º. já referido ou seja, não excede os 70 anos.-----

-----Declararam sob compromisso de honra que o edifício se destina a sua habitação própria e permanente;-----

-----O pagamento das taxas devidas pela 1ª prorrogação, no valor de 153,60 €, foi pago pelo requerente em 12/02/2018, pela Guia de recebimento n. 122/2018, chamando a atenção para o que consta no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras receitas Municipais, no seu artº. 22º. ...” As taxas extinguem-se através do seu pagamento ou de outras formas de extinção nos termos da Lei Geral Tributária.”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade notificar o requerente da intenção de indeferir a pretensão, considerando que aquando da apresentação do requerimento de isenção do pagamento de taxas as mesmas já se encontravam extintas dado que procedeu anteriormente ao seu pagamento (artº. 22º. do Reg. Liq. Cob. Taxas e Outras Rec. Municipais).-----

13.3.-PROCESSO Nº. 04/2018/5, DE PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO O EDIFÍCIO REGISTADO NA MATRIZ DA



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA, ENCONTRA-SE EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o proc.º n.º 04/2018/5, requerimento n.º 04/2018/40, em nome de Elisabete Alves Simões Lopes, residente na Rua Principal, n.º.7, Coval, 3440-304 Santa Comba Dão, a requerer a emissão de certidão comprovativa em como o prédio urbano inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, sob o artigo 1566, sito na Rua do Marco, n.º.18, Povoinha, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça encontra-se em mau estado de conservação.

-----O parecer técnico do Chefe da DPAT constante no processo conclui que o edifício não possui condições mínimas de habitabilidade atendendo à sua visível falta de conservação e manutenção.-----

-----A Câmara, considerando o Parecer Técnico Chefe da DPAT, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

13.4.-PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE E AMPLIAÇÃO DE COMPARTES:-----

13.4.1.-DE PAULO CESAR FERNANDES DE OLIVEIRA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes os seguintes processos:-----

-----a) n.º.10/2018.78 de Paulo Cesar Fernandes Oliveira, residente em Rua Senhora das Preces, n.º.3, Galhardo, Freguesia de Cercosa, em que na qualidade de proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Cercosa com o artigo 12318 no local denominado "Paul", com a área 800 m e requiere a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de doação a favor de Cristina Raquel Gomes da Silva e Paulo Cesar Fernandes Oliveira.-----

-----b) n.º.10/2018.79 de Paulo Cesar Fernandes Oliveira, residente em Rua Senhora das Preces, n.º.3, Galhardo, Freguesia de Cercosa, em que na qualidade de proprietário do prédio



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

rústico inscrito na matriz da Freguesia de Cercosa com o artigo 2322 no local denominado “Paul”, com a área 327 m² e requiere a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de doação a favor de Cristina Raquel Gomes da Silva e Paulo Cesar Fernandes Oliveira.-----

-----c) nº.10/2018.80 de Paulo Cesar Fernandes Oliveira, residente em Rua Senhora das Preces, nº.3, Galhardo, Freguesia de Cercosa, em que na qualidade de proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Cercosa com o artigo 2323 no local denominado “Paul”, com a área 60 m² e requiere a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de doação a favor de Cristina Raquel Gomes da Silva e Paulo Cesar Fernandes Oliveira.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

13.4.2.-DE MARIA DA CONCEIÇÃO MARCELA ABREU:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº.10/2018.78 de Maria da Conceição Marcela Abreu, residente na Rua António Maurício Marques, em que na qualidade de proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, com o artigo 5315 no local denominado “Vale da Lebre”, com a área 0,07950 ha e requiere a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de Agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de doação a favor de Diogo Nuno Abreu Correia e Cristina de Freitas Ferreira.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----Não se registou a presença de qualquer Munícipe.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas e vinte minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Rosa Maria Ferreira Beoda Secretário do Órgão e
pelo Senhor Presidente.-----